 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

1. É alterada a OTE n.º 29/2016, de 06.07.2016, por aditamento aos seguintes pontos:

### “2.3 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de Maio e no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, devem ser cumpridos pelo candidato na data de apresentação do projeto, exceto nas situações em que a legislação aplicável permita o seu cumprimento em fase posterior, ou no caso do comprovativo de titularidade da exploração agrícola que poderá ser aferido até à data da concessão do apoio.

(...)

Nos 10 dias úteis após a submissão da candidatura e até à data de fecho do concurso, os promotores poderão anexar elementos adicionais ou proceder à correção de erros ocorridos na submissão da mesma. Decorrido este período não será admitido qualquer elemento adicional ou qualquer alteração à candidatura submetida.

(...)

#### 2.3.1 Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário

(...)

##### iv. Titularidade

(...)

A titularidade da exploração é verificada em sede de parcelário.

Quando as parcelas (exploração) se encontram registadas no iSIP (parcelário) em nome do candidato e vai ser utilizada a totalidade da área, para a identificação das áreas de investimento não é obrigatória a apresentação de polígonos de investimentos.

Quando as parcelas (exploração) não se encontram registadas no iSIP em nome do candidato ou não vai ser utilizada a totalidade da área da(s) parcela(s), é obrigatória a criação de polígonos de investimento com a identificação das áreas de investimentos e/ou com as áreas que sejam beneficiadas pelo mesmo.



**ASSUNTO: Projetos de investimento**

A criação de polígonos de referência deverá ser efetuada por local, podendo cada local conter mais que uma parcela, desde que essas parcelas sejam contíguas.

Sempre que exista necessidade de identificar investimentos, nomeadamente, rede de rega primária e secundária, rede de caminhos, rede de drenagem, traçado de eletrificação interna, captações de água (furos), devem ser identificados polígonos de investimento (pontos ou linhas) na “layer” de investimento.

**2.3.2.1 Verificação da viabilidade económica e financeira**

(...)

A candidatura pode ser indeferida quando existam situações que levem a uma sobrevalorização da Taxa Interna de Rentabilidade, tais como:

- Não preenchimento da pré-operação, quando exista continuidade de uma atividade com a execução da operação;
- Subavaliação de custos;
- Sobrevalorização de receitas.

**2.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PEDIDO DE APOIO**


(...)

ii. Criação líquida de postos de trabalho

O critério é valorizado em função da criação líquida de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, medidos em UTA (Unidade de trabalho ano = 1800h/ano).

No formulário de candidatura, no ano pré-operação, deve ser inscrito o valor médio dos 6 meses anteriores à data de submissão da candidatura.

**2.5.1.1 Unidades de turismo**

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

De acordo com o n.º 5 do Anexo VII, da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, é elegível a aquisição de equipamentos, devendo entender-se como tal os bens mínimos necessários à operacionalização da unidade de turismo e que tenham uma taxa de depreciação igual ou inferior a 25%, a que corresponde no mínimo 4 anos de utilização, de acordo com o estipulado no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, relativo ao “Regime das Depreciações e Amortizações”.

Assim, consideram-se equipamentos elegíveis:

- Mobiliário (incluindo colchões) – taxa de 12,50%;
- Máquinas, aparelhos e utensílios de uso específico (incluindo candeeiros) – taxa de 14,28%;
- Talheres e utensílios de cozinha – taxa de 25%.

## 2.5.2 Despesas não elegíveis

(...)


Serão consideradas despesas não elegíveis, as despesas cujo (s) orçamento (s) apresentado (s) evidenciem as seguintes situações irregulares:

- Possíveis conflitos de interesse/relações privilegiadas entre o beneficiário e o (s) fornecedor (es), entre 2 ou 3 fornecedores e/ou entre o projetista/consultor e o (s) fornecedor (es);
- Quando existam indícios de adulteração dos orçamentos;
- Ausência de elementos previstos no ponto 5 do Anexo 1: ausência de NIF, ausência de CAE adequado, a descrição dos investimentos constantes dos orçamentos não comparáveis entre si e/ou com a candidatura, ausência de detalhe e/ou de custos unitários, etc.

### 2.5.2.1 Unidades de turismo

São considerados bens não elegíveis, por não serem considerados equipamentos, aqueles que tenham uma taxa de depreciação superior a 25%, a que corresponde no mínimo 4 anos de utilização, de acordo com o estipulado no

  <b>UNIAO EUROPEIA</b> Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural Ajustado a prioridades nacionais	<b>A GESTORA</b>  <b>Gabriela Freitas</b>	Versão 02 17.05.2017
		Pág. 3 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, relativo ao “Regime das Depreciações e Amortizações”, nomeadamente:

- Louças e objetos de vidro;
- Elementos decorativos (incluindo tapeçarias e cortinados) bem como roupas brancas e atalhados.

2. É alterada a OTE n.º 29/2016, de 06.07.2016, por correção do seguinte ponto:

### 2.3.1 Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário

Onde se lê:

“Quando o candidato não desenvolve qualquer atividade, a condição definida na alínea f) do artigo 21.º da Portaria citada, relativa ao sistema de contabilidade, pode ser verificada até à data de concessão do apoio.

Deve ler-se:

Quando o candidato não desenvolve qualquer atividade, a condição definida na alínea f) do artigo 22.º da Portaria citada, relativa ao sistema de contabilidade, pode ser verificada até à data de concessão do apoio.


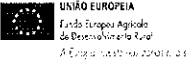

3. É alterada a OTE n.º 29/2016, de 06.07.2016, por Substituição do Anexo I:


## ANEXO I

### Lista de documentos a apresentar com a candidatura para controlo documental (sempre que aplicável)

#### Documentos a apresentar no momento de submissão da candidatura:

1. Cartão do Cidadão/Bilhete de identidade.
2. Declaração de Início de Atividade (caso o candidato seja uma sociedade).
3. Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso.
4. Última Declaração de Rendimentos e/ou IES do titular da exploração (demonstrativas de que este exerce a atividade agrícola e de que o promotor faz parte do seu agregado familiar)
5. 1 ou 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma para cada um dos dossiers de investimento quando estejam em causa valores até 5.000€ ou superior, respetivamente dos quais deve constar:

  <b>UNião Europeia</b> Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe no futuro do país	<b>A GESTORA</b>  <b>Gabriela Freitas</b>	Versão 02 17.05.2017

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

- Identificação detalhada das componentes do investimento, indicando as quantidades, valores unitários, modelo e especificações técnicas;
- Assinatura, carimbo da entidade emissora sem rasuras e com a indicação clara do imposto aplicável, bem com CAE adequado ao fornecimento dos bens e serviços incluídos no orçamento.

#### 6. Financiamento de Capital Alheio

- Declaração do próprio comprometendo-se a obter financiamento bancário;
- Comprovativo dos suprimentos/empréstimos dos sócios (quando aplicável);
- Documentos que comprovem a disponibilidade de outros capitais alheios (quando aplicável).

#### 7. Situação económico-financeira equilibrada:

- Cópias dos Relatórios, Balanços, Balanço Social e Demonstrações de Resultados do promotor, dos 3 últimos exercícios identificados no formulário e/ou respetivos modelos fiscais e anexos (quando aplicável);

#### 8. Balanço Intercalar Certificado (quando assinalado no formulário);

- Balanço e Demonstrações de Resultados intercalares do promotor, devidamente certificados por ROC.

#### 9. Folha de remunerações da Segurança Social dos últimos 6 meses antes da submissão da candidatura;

#### 10. Licenciamento industrial:

- Modernização de unidades: Título de Exploração;

#### 11. Licenciamento comercial:

- Modernização de estabelecimentos: Licença de utilização emitida pela Câmara Municipal respetiva;


#### 12. Licenciamento de atividades turísticas

##### a. Empreendimentos turísticos

- Modernização de estabelecimentos: Alvará de classificação e de autorização de utilização para fins turísticos.

##### b. Animação turística

  <small>UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural Agriculture in the countryside</small>	<b>A GESTORA</b>	Versão 02 17.05.2017
	 <b>Gabriela Freitas</b>	Pág. 5 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

- Modernização de estabelecimentos: Certificado de registo no RNAAT

#### 13. Outros licenciamentos

- Modernização de estabelecimentos: Licença de utilização

#### Documentos a apresentar até à data de aceitação da concessão do apoio:

1. Declaração de Início de Atividade (caso o candidato seja uma pessoa singular).

#### 2. Licenciamento industrial:

- Modernização de unidades: comprovativo de procedimento de alteração do estabelecimento industrial junto da entidade coordenadora, de acordo com a tipologia do estabelecimento industrial.
- Novas unidades: comprovativo de submissão na plataforma eletrónica da Agência para a Modernização Administrativa I.P. (AMA), do pedido de autorização de instalação, da comunicação prévia com prazo ou mera comunicação prévia, conforme tipologia do estabelecimento industrial a instalar.

#### 3. Licenciamento comercial:


- Modernização de estabelecimentos: comprovativo da submissão do pedido de atualização.

#### 4. Outros licenciamentos

- Modernização de estabelecimentos: comprovativo da submissão do pedido de atualização.

4. As alterações à OTE N.º 29/2015, aplicam-se a todos os concursos abertos em data posterior à sua assinatura.

5. Reproduz-se em anexo a versão atualizada da OTE N.º 29/2015.

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

## 1. OBJETO

Constitui objeto da presente Orientação Técnica Específica a explicitação de informações complementares relativas à apresentação de candidaturas no âmbito da Operação 10.2.1.3, «Diversificação de atividades na exploração agrícola», de acordo com o disposto no respetivo Regime de Aplicação, aprovado pela Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio e no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) financiados pelos fundos europeus estruturais de financiamento (FEEI).

## 2. MATÉRIAS OBJETO DE EXPLICITAÇÃO

### 2.1 APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

O promotor, previamente ao preenchimento da candidatura, deve proceder à sua inscrição como beneficiário junto do IFAP, I.P.


Em caso de verificação de erros no preenchimento do formulário já submetido, deve o promotor desistir do mesmo, no Balcão do Beneficiário, e, querendo, proceder a nova submissão. Esta submissão corresponde a uma nova candidatura, para todos os devidos efeitos, nomeadamente a data da sua apresentação.

### 2.2 ÁREA GEOGRÁFICA DE APLICAÇÃO

O promotor deve confirmar no sítio no portal do PDR2020 em <http://www.pdr-2020.pt/site/LEADER>, qual o GAL que corresponde à freguesia onde se localizam os investimentos objeto do pedido de apoio.

Identificado o GAL, o promotor deve escolher o correspondente Anúncio de abertura de período de apresentação de candidaturas, ao qual poderá apresentar o seu pedido de apoio.

 	<b>A GESTORA</b>	Versão 02 17.05.2017
	 <b>Gabriela Freitas</b>	Pág. 7 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

### 2.3 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de Maio e no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, devem ser cumpridos pelo candidato na data de apresentação do projecto, excepto nas situações em que a legislação aplicável permita o seu cumprimento em fase posterior, ou no caso do comprovativo de titularidade da exploração agrícola que poderá ser aferido até à data da concessão do apoio.

No preenchimento do formulário, sempre que sejam solicitados documentos para verificação dos critérios de elegibilidade, os mesmos devem ser submetidos simultaneamente com este.

Nos 10 dias úteis após a submissão da candidatura e até à data de fecho do concurso, os promotores poderão anexar elementos adicionais ou proceder à correção de erros ocorridos na submissão da mesma. Decorrido este período não será admitido qualquer elemento adicional ou qualquer alteração à candidatura submetida.

Sob pena de indeferimento da candidatura, devem ser apresentados, no prazo indicado na notificação da decisão, os documentos adicionais que tenham sido solicitados para confirmação dos critérios de elegibilidade verificados.

No Anexo I da presente OTE é apresentada a lista de documentos a apresentar, sob pena de a candidatura ser recusada caso os mesmos não sejam entregues, nos períodos definidos.

#### 2.3.1 Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário


As condições de elegibilidade definidas nas alíneas d) e e) do artigo 22.º da Portaria citada são verificadas automaticamente através dos sistemas de informação, pelo que, não é necessária a apresentação de qualquer documento pelo candidato na submissão da candidatura.

Quando o candidato não desenvolve qualquer atividade, a condição definida na alínea f) do artigo 22.º da Portaria citada, relativa ao sistema de contabilidade, pode ser verificada até à data de concessão do apoio.

##### i. Constituição da Sociedade

A inscrição na autoridade tributária deverá ser efetuada até à data de concessão do apoio, sendo comprovada com a apresentação da declaração de início de atividade. No caso de tratar-se de uma



 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

candidatura apresentada por uma pessoa coletiva o documento deverá ser apresentado com a submissão da candidatura.

Quando se trate de pessoas colectivas, à data da apresentação da candidatura, as sociedades devem estar constituídas, devendo ser apresentada a respetiva certidão permanente de registo ou código de acesso.

#### ii. Condições legais necessárias ao exercício da atividade

Quando na execução do projecto exista continuidade de uma atividade já desenvolvida antes da apresentação da candidatura, os candidatos devem cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade.

#### iii. Situação económica e financeira

O previsto no n.º 4 do Artigo 22.º relativamente à certificação, por um revisor oficial de contas, dos balanços e demonstrações de resultados referente a período anterior à candidatura, e não coincidente com o exercício anterior ao ano de apresentação da candidatura, é apenas aplicável a pessoas coletivas com contabilidade organizada.

#### iv. Titularidade

Sempre que se trate de candidaturas apresentadas por membros do agregado familiar do titular da exploração, além do respetivo título, o promotor deverá apresentar a última Declaração de Rendimentos e/ou IES do titular da exploração (demonstrativas de que este exerce a atividade agrícola e de que o promotor faz parte do seu agregado familiar), bem como autorização do titular da exploração, para a utilização dos meios de produção da exploração agrícola necessários à realização da operação, com validade de 5 anos a contar da data de celebração do contrato de financiamento ou até ao termo da operação, se esta ultrapassar os 5 anos. Deve ainda ser confirmada a existência de atividade agrícola na exploração, nomeadamente pela apresentação de comprovativos da existência de rendimentos provenientes da agricultura ou através de outra documentação, por exemplo: manifestos de produção (vinha), comprovativos de terem recebido subsídios, ficha do gasóleo agrícola, RPU – regime de pagamento único, declarações das cooperativas a confirmar a entrega da produção, etc.

A titularidade da exploração é verificada em sede de parcelário.



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020

ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

N.º 29 / 2016

GUIA DO BENEFICIÁRIO

Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na  
exploração agrícola

**ASSUNTO: Projetos de investimento**

Quando as parcelas (exploração) se encontram registadas no iSIP (parcelário) em nome do candidato e vai ser utilizada a totalidade da área, para a identificação das áreas de investimento não é obrigatória a apresentação de polígonos de investimentos.

Quando as parcelas (exploração) não se encontram registadas no iSIP em nome do candidato ou não vai ser utilizada a totalidade da área da(s) parcela(s), é obrigatória a criação de polígonos de investimento com a identificação das áreas de investimentos e/ou com as áreas que sejam beneficiadas pelo mesmo.

A criação de polígonos de referência deverá ser efetuada por local, podendo cada local conter mais que uma parcela, desde que essas parcelas sejam contíguas.

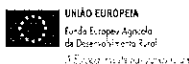
Sempre que exista necessidade de identificar investimentos, nomeadamente, rede de rega primária e secundária, rede de caminhos, rede de drenagem, traçado de eletrificação interna, captações de água (furos), devem ser identificados polígonos de investimento (pontos ou linhas) na "layer" de investimento.

Em sede de análise da candidatura, se for verificado que os locais afetos ao investimento se situam em zonas condicionadas, podem ser solicitados pareceres dos organismos que gerem essas zonas condicionadas, os quais devem ser apresentados na fase que vier a ser contratualmente prevista no termo de aceitação. Caso os pareceres das entidades responsáveis pela sua emissão sejam desfavoráveis ou condicionem a execução dos investimentos, o candidato deverá apresentar locais alternativos para a implementação de todos os investimentos, sob pena dos mesmos virem a ser considerados não elegíveis.

**2.3.2 Verificação dos critérios de elegibilidade das operações**

Os projetos de investimento candidatos à Operação 10.2.1.3, «Diversificação para atividades não agrícolas» podem beneficiar do apoio nessa ação desde que tenham um investimento total elegível, apurado em sede de análise, igual ou superior a 10 000 € e inferior ou igual a 200 000 €

Para o apuramento do valor referido anteriormente é verificada a elegibilidade de custos com base no quadro das despesas elegíveis e não elegíveis constantes do Anexo VII da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.




A GESTORA

Gabriela Freitas

Versão 02  
17.05.2017

Pág. 10 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

Devem ser apresentados 1 ou 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma com a submissão da candidatura para cada um dos *dossiers* de investimento, quando estejam em causa valores até 5 000 € ou de valor superior, respetivamente.

Só serão aceites orçamentos comerciais ou faturas pró-forma cujos fornecedores se enquadrem no CAE correspondente à tipologia de investimento proposto.

Adicionalmente em sede de análise é também confirmada a CAE principal e secundária do fornecedor e verificada a razoabilidade de custos, com base em valores de mercado praticados.

Em sede de apresentação da candidatura, o candidato deve apresentar as justificações técnicas e económicas que suportem o enquadramento de cada um dos investimentos bem como o valor proposto, sob pena de que na falta de justificação o investimento poderá ser considerado não elegível ou ser considerado elegível o valor mais baixo de mercado, praticado para investimentos semelhantes.

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, o candidato deverá apresentar os documentos comprovativos na fase comunicada pela notificação da decisão.

No que respeita as atividades económicas objeto do pedido de apoio, devem as mesmas enquadrar-se nos setores a seguir identificados, bem como noutras atividades económicas definidas pelos GAL no Anúncio de abertura de período de apresentação de candidaturas:

1. Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nos grupos de agroturismo ou casas de campo, alojamento local, parques de campismo e caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas — CAE 55202; 55204; 553; 559 apenas no que diz respeito a alojamento em meios móveis; 55201.
2. Serviços de recreação e lazer — CAE 93293; 91042; 93294.
3. Outras CAE a definir pelos GAL em sede de avisos de abertura dos concursos, com exceção das CAE 031 e 032.
4. Nas CAE da divisão 01 são elegíveis as atividades dos serviços relacionados com a agricultura (01610) ou com a silvicultura e exploração florestal (024).



### 2.3.2.1 Verificação da viabilidade económica e financeira

A viabilidade económica e financeira das candidaturas é medida através do Valor Actualizado Líquido (VAL), conforme a fórmula apresentada no Anexo II da presente OTE, considerando-se que todos os investimentos são realizados no ano zero, não sendo aplicada para esse ano a taxa de actualização.

No cálculo do VAL os investimentos constantes da candidatura são quantificados a 100%, com exceção dos indicados a seguir, se devidamente identificados no formulário e validados na análise da candidatura, que são contabilizados a 30%:

- i. Intervenção de natureza ambiental, para o tratamento de resíduos e valorização de subprodutos;
- ii. Eficiência energética, onde se englobam:
  - a. Investimentos imateriais: diagnósticos, estudos e certificações energéticas;
  - b. Investimentos materiais:
    - Equipamento com especificidades técnicas que permitam a melhoria da eficiência energética face à situação de referência;
    - Novas construções: apresentação do certificado energético;
    - Modernizações: apresentação da situação de partida (certificado energético) e da previsível melhoria da classificação em termos de certificação energética, decorrente do investimento.


Os investimentos acima identificados estão discriminados no Anexo III da presente OTE.

Os acréscimos de proveitos e acréscimos/ decréscimos de custos de exploração previsionais anuais, decorrentes do investimento, são calculados a preços constantes e deverão estar em coerência com os investimentos apresentados.

À diferença entre os acréscimos de proveitos e os acréscimos/ decréscimos de custos de exploração previsionais, do primeiro, segundo e subsequentes anos, é aplicada a respetiva taxa de atualização (REFI).

O cálculo do VAL tem por base a informação relativa ao investimento e aos acréscimos obtidos desde o ano de início do investimento até ao fim da vida útil da operação.

Nos casos em que exista uma atividade que vai ter continuidade com a execução do investimento, devem ser obrigatoriamente preenchidos os campos relativos à pré-operação, para assim ser apurado o benefício líquido resultante do investimento.

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

A pré-operação deve ser obrigatoriamente preenchida sempre que esteja a ser desenvolvida atividade, a qual vai ter continuidade com a execução do investimento, independentemente de quem seja o titular da exploração no ano da pré-operação.

No caso de uma candidatura contemplar mais que uma tipologia de investimentos (construções, equipamentos, máquinas), a vida útil da operação é determinada através do cálculo da média ponderada da vida útil das diferentes tipologias de investimento, admitindo-se uma vida útil de 10 anos para máquinas e equipamentos e até 30 anos para construções:

O valor residual dos investimentos é calculado automaticamente pelo modelo de análise, considerando-se, relativamente aos edifícios 50% do seu valor total e 15% relativamente às Necessidades de Fundo de Maneio.

Os equipamentos e as despesas gerais não têm qualquer valor residual.

A candidatura pode ser indeferida quando existam situações que levem a uma sobrevalorização da Taxa Interna de Rentabilidade, tais como:

- Não preenchimento da pré-operação, quando exista continuidade de uma atividade com a execução da operação;
- Subavaliação de custos;
- Sobrevalorização de receitas.


### 2.3.2.2 Verificação da coerência técnica, económica e financeira

Na candidatura devem ser devidamente caracterizados e justificados, em termos técnicos (por via da introdução de inovação no processo produtivo, ou nos serviços prestados, face ao processo convencional anteriormente utilizado, por ex.) e económicos, em campo descritivo adequado:

- Os proveitos previstos;
- Os custos de exploração.

Entre os diversos pontos que devem constar da memória descritiva do projeto para permitir a verificação da coerência técnica e económica da operação devem ser sempre indicados:

 	<b>A GESTORA</b>  <b>Gabriela Freitas</b>	Versão 02 17.05.2017
		Pág. 13 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

- O processo produtivo ou a caracterização dos serviços prestados;
- Os produtos finais e matérias-primas e subsidiárias consumidas bem como os coeficientes de rendimento industrial utilizados, quando aplicável;
- Os edifícios e construções com discriminação de todas as áreas (produtivas e não produtivas) e seu dimensionamento;
- Os equipamentos (sua adequação ao fim em vista e dimensionamento face ao objetivo produtivo);
- Os recursos humanos envolvidos, a respetiva área funcional e sua adequabilidade bem como, a razoabilidade dos fornecimentos de serviços externos apresentados face ao investimento realizado.

O ano de fim de vida útil da operação tem que estar ajustado às características do investimento dado que o cálculo do VAL terá por base a informação relativa ao investimento e aos acréscimos de proveitos e acréscimos/decréscimos de custos obtidos desde o ano de início da operação até ao fim de vida útil da operação.

O plano de investimento deve prever as necessidades em fundo de maneio. Os valores indicados devem ser fundamentados e coerentes com o projeto.

Se o financiamento do projeto for efetuado com recurso a empréstimos que tenham associados encargos financeiros, estes devem constar da demonstração previsional.


## 2.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO


Para efeito de selecção de candidaturas são considerados os critérios abaixo indicados cuja ponderação está definida no aviso de abertura:

- Candidatura apresentada por jovem agricultor em primeira instalação, com candidatura aprovada ao abrigo da Ação 3.1 «Jovens Agricultores» do PDR2020;

Pontuação atribuída em função do promotor se enquadrar no conceito de primeira instalação nos termos do regime de aplicação da ação 3.1 – Jovens agricultores.

- Criação líquida de postos de trabalho

 	<b>A GESTORA</b>	Versão 02 17.05.2017
	 <b>Gabriela Freitas</b>	Pág. 14 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		


O critério é valorizado em função da criação líquida de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, medidos em UTA (Unidade de trabalho ano = 1800h/ano).

No formulário de candidatura, no ano pré-operação, deve ser inscrito o valor médio dos 6 meses anteriores à data de submissão da candidatura.

iii. Candidatura com investimento relacionado com proteção e utilização eficiente dos recursos

Pontuação atribuída em função de ocorrer um aumento do volume de vendas registado após o investimento e/ou a diminuição dos custos de produção após o investimento, ou serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos:

Rubricas	Sub-rubricas
Imateriais	Certificação no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis
	Certificações Ambientais
	Estudos e trabalhos de consultoria no domínio da eficiência energética ou das energias renováveis
Materiais	Edifícios e outras construções afetos a investimentos na melhoria da eficiência energética
	Edifícios e outras construções afetos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de subprodutos
	Equipamentos afetos a investimentos para a utilização de energias renováveis ou valorização/reutilização de subprodutos
	Equipamentos afetos a investimentos na melhoria da eficiência energética

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

iv. Criação de valor económico

Pontuação atribuída em função de o projeto de investimento apresentar uma Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) igual ou superior a 1,5%.

A fórmula de cálculo da TIR consta do Anexo II da presente OTE

v. Nível da contribuição da candidatura para os objetivos da EDL

Pontuação atribuída em função de maior ou menor contributo para a valia da EDL.


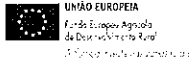

Aos critérios de seleção indicados nos pontos i) a iv) será atribuída a pontuação de 0 ou 20, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção. Ao critério referido em v), será atribuída uma pontuação entre 0 e 20, a definir pelos GAL. A respetiva ponderação será definida no anúncio do período de apresentação de candidaturas do GAL.

Os critérios de desempate aplicados, assim como a ordem de preferência dos mesmos são de acordo com o definido no respetivo anúncio do período de apresentação de candidaturas do GAL, devendo as candidaturas ser hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:


- Candidatura com maior pontuação na valia da EDL;
- Candidatura apresentada por Jovem Agricultor;
- Candidatura com maior número de postos de trabalho a criar;
- Candidatura com maior valor da TIR;
- Candidatura com maior valor elegível;
- Ordem de receção da candidatura no Sistema de informação.

## 2.5 ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS

As despesas elegíveis e as despesas não elegíveis encontram-se elencadas no Anexo VII da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio.

 	<b>A GESTORA</b>	Versão 02 17.05.2017
	 <b>Gabriela Freitas</b>	Pág. 16 de 26



 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

### 2.5.1 Despesas elegíveis

As despesas gerais são elegíveis até 5% do custo total das restantes despesas elegíveis. No entanto, importa definir limites razoáveis para determinadas componentes das despesas gerais. Assim, define-se o limite de 1,5% para a elaboração da candidatura e de 1,5% para o acompanhamento da mesma, relativamente ao custo total elegível aprovado das restantes despesas de investimento.

São elegíveis as despesas com aquisição e instalação de equipamentos de eficiência energética, que visem:

- A otimização energética com a instalação de sistemas de gestão de energia ou de redução da fatura energética;
- A produção e utilização de energias renováveis.

Os equipamentos associados ao melhoramento da eficiência energética devem estar relacionados com a respetiva atividade para serem elegíveis.

A aquisição de viaturas deve obedecer à demonstração da sua indispensabilidade à atividade a desenvolver e ter características técnicas adequadas às necessidades específicas a que se destinam.


#### 2.5.1.1 Unidades de turismo

De acordo com o n.º 5 do Anexo VII, da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, é elegível a aquisição de equipamentos, devendo entender-se como tal os bens mínimos necessários à operacionalização da unidade de turismo e que tenham uma taxa de depreciação igual ou inferior a 25%, a que corresponde no mínimo 4 anos de utilização, de acordo com o estipulado no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, relativo ao “Regime das Depreciações e Amortizações”.

Assim, consideram-se equipamentos elegíveis:

- Mobiliário (incluindo colchões) – taxa de 12,50%;
- Máquinas, aparelhos e utensílios de uso específico (incluindo candeeiros) – taxa de 14,28%;
- Talheres e utensílios de cozinha – taxa de 25%.

 	<b>A GESTORA</b>	Versão 02 17.05.2017
	 <b>Gabriela Freitas</b>	Pág. 17 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

## 2.5.2 Despesas não elegíveis

Não são elegíveis bens de equipamento em estado de uso ou de simples substituição.

Considera-se “Investimento de substituição”, o investimento que apenas substitui um edifício ou uma máquina existentes, por um edifício ou uma máquina novos e modernos, sem aumentar a capacidade da produção em pelo menos 25%, ou sem alterar fundamentalmente a natureza da produção ou a tecnologia utilizada.

Podem ser incluídas despesas não elegíveis enquadradas na rubrica Investimentos não elegíveis, desde que necessárias à concretização dos objetivos do projeto e à sua coerência técnica, económica e financeira. Estas despesas não são objeto de financiamento e não são contabilizadas para o custo total elegível. Assim, no ponto 6.1 – Investimentos, do formulário de candidatura deverá registar um investimento elegível igual a zero.


Serão consideradas despesas não elegíveis, as despesas cujo (s) orçamento (s) apresentado (s) evidenciem as seguintes situações irregulares:

- Possíveis conflitos de interesse/relações privilegiadas entre o beneficiário e o (s) fornecedor (es), entre 2 ou 3 fornecedores e/ou entre o projetista/consultor e o (s) fornecedor (es);
- Quando existam indícios de adulteração dos orçamentos;
- Ausência de elementos previstos no ponto 5 do Anexo 1: ausência de NIF, ausência de CAE adequado, a descrição dos investimentos constantes dos orçamentos não comparáveis entre si e/ou com a candidatura, ausência de detalhe e/ou de custos unitários, etc.

### 2.5.2.1 Unidades de turismo

São considerados bens não elegíveis, por não serem considerados equipamentos, aqueles que tenham uma taxa de depreciação superior a 25%, a que corresponde no mínimo 4 anos de utilização, de acordo com o estipulado no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, relativo ao “Regime das Depreciações e Amortizações”, nomeadamente:


- Louças e objetos de vidro;
- Elementos decorativos (incluindo tapeçarias e cortinados) bem como roupas brancas e atalhados.

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

## 2.6 NÍVEIS E LIMITES AOS APOIOS

Os níveis de apoio encontram-se definidos no Anexo VIII da Portaria n.º 152/2016, de 25 maio.

Quando numa candidatura sejam ultrapassados os limites máximos estabelecidos por beneficiário o valor que ultrapassa os limites estabelecidos será automaticamente reduzido e distribuído proporcionalmente pelas várias rubricas de investimento, na candidatura em análise.


 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

### ANEXO I

**Lista de documentos a apresentar com a candidatura para controlo documental (sempre que aplicável)**

**Documentos a apresentar no momento de submissão da candidatura:**

1. Cartão do Cidadão/Bilhete de identidade.
2. Declaração de Início de Atividade (caso o candidato seja uma sociedade).
3. Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso.
4. Última Declaração de Rendimentos e/ou IES do titular da exploração (demonstrativas de que este exerce a atividade agrícola e de que o promotor faz parte do seu agregado familiar)
5. 1 ou 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma para cada um dos dossiers de investimento quando estejam em causa valores até 5.000€ ou superior, respetivamente dos quais deve constar:
  - Identificação detalhada das componentes do investimento, indicando as quantidades, valores unitários, modelo e especificações técnicas;
  - Assinatura, carimbo da entidade emissora sem rasuras e com a indicação clara do imposto aplicável, bem com CAE adequado ao fornecimento dos bens e serviços incluídos no orçamento.
6. Financiamento de Capital Alheio
  - Declaração do próprio comprometendo-se a obter financiamento bancário;
  - Comprovativo dos suprimentos/empréstimos dos sócios (quando aplicável);
  - Documentos que comprovem a disponibilidade de outros capitais alheios (quando aplicável).
7. Situação económico-financeira equilibrada:
  - Cópias dos Relatórios, Balanços, Balanço Social e Demonstrações de Resultados do promotor, dos 3 últimos exercícios identificados no formulário e/ou respetivos modelos fiscais e anexos (quando aplicável);

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

8. Balanço Intercalar Certificado (quando assinalado no formulário);

- Balanço e Demonstrações de Resultados intercalares do promotor, devidamente certificados por ROC.

9. Folha de remunerações da Segurança Social dos últimos 6 meses antes da submissão da candidatura;

10. Licenciamento industrial:

- Modernização de unidades: Título de Exploração;

11. Licenciamento comercial:

- Modernização de estabelecimentos: Licença de utilização emitida pela Câmara Municipal respetiva;

12. Licenciamento de atividades turísticas

a. Empreendimentos turísticos

- Modernização de estabelecimentos: Alvará de classificação e de autorização de utilização para fins turísticos.

b. Animação turística

- Modernização de estabelecimentos: Certificado de registo no RNAAT

13. Outros licenciamentos

- Modernização de estabelecimentos: Licença de utilização

**Documentos a apresentar até à data de aceitação da concessão do apoio:**

1. Declaração de Início de Atividade (caso o candidato seja uma pessoa singular).

2. Licenciamento industrial:

- Modernização de unidades: comprovativo de procedimento de alteração do estabelecimento industrial junto da entidade coordenadora, de acordo com a tipologia do estabelecimento industrial.
- Novas unidades: comprovativo de submissão na plataforma eletrónica da Agência para a Modernização Administrativa I.P. (AMA), do pedido de autorização de instalação, da comunicação



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020

ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

N.º 29 / 2016

GUIA DO BENEFICIÁRIO

Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na  
exploração agrícola

**ASSUNTO: Projetos de investimento**

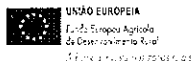
prévia com prazo ou mera comunicação prévia, conforme tipologia do estabelecimento industrial a instalar.

3. Licenciamento comercial:

- Modernização de estabelecimentos: comprovativo da submissão do pedido de atualização.

4. Outros licenciamentos

- Modernização de estabelecimentos: comprovativo da submissão do pedido de atualização.

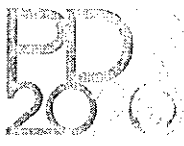


A GESTORA

  
Gabriela Freitas

Versão 02  
17.05.2017

Pág. 22 de 26

 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

## ANEXO II

Para o cálculo do VAL, os apoios ao investimento expectáveis a receber no âmbito da candidatura não são considerados acréscimos de proveitos.

### Fórmula de cálculo do VAL – valor atualizado líquido

Cálculo do VAL incremental:

$$\text{VAL} = \sum_{i=0}^n \text{CF}_i / (1+t)^i$$

**TIR - taxa interna de rentabilidade** – valor da taxa de atualização que igual o VAL a zero.

### Fórmula de cálculo da TIR

$$\sum_{i=0}^n \text{CF}_i / (1+\text{TIR})^i = 0$$

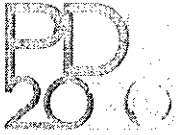
$(1 - \text{taxa de imposto sobre o rendimento}^1, \text{ se valor superior a } 0) + \text{Amortizações} + \text{Provisões}]$

em que:

$\text{CF}_i$  = cash-flow incremental do ano  $i$

$t$  = taxa de refinanciamento do Banco Central Europeu à data de abertura do período de apresentação das candidaturas

<sup>1</sup> A taxa de imposto sobre o rendimento a considerar, independente da natureza jurídica do beneficiário, é de 23%, o que equivale à taxa de IRC.”

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

$CF_0$  = - valor do investimento (considerando apenas 30% do investimento caso se trate de intervenções de natureza ambiental e/ ou relativas à melhoria da eficiência energética)

$CF_1$  = Cash Flow da operação no ano 1 [ (acréscimo de proveitos – acréscimo de custos) x

(1 – taxa de imposto sobre o rendimento, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões]

$CF_2$  = Cash Flow da operação no ano 2 [ (acréscimo de proveitos – acréscimo de custos) x


(1 – taxa de imposto sobre o rendimento, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões]

$CF_n$  = Cash Flow da operação no fim da vida útil da operação [(acréscimo de proveitos – acréscimo de custos) x (1 – taxa de imposto sobre o rendimento, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões] + Valor residual no fim da vida útil da operação

em que:

$CF_i$  = cash-flow do ano i



 <b>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</b> <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>N.º 29 / 2016</b>
	<b>Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola</b>	
<b>ASSUNTO: Projetos de investimento</b>		

### ANEXO III

#### Investimentos que podem contribuir para a melhoria da eficiência energética das unidades

Trata-se de investimentos, de carácter material ou imaterial, que pretendem contribuir para a redução dos custos de produção e da emissão de gases de estufa pela contribuição para um maior grau de eficiência dos equipamentos consumidores de energia.

O preenchimento deste critério de seleção bem como a sua contabilização para efeitos de VAL (valor atualizado líquido) da candidatura verifica-se mediante a seleção da rubrica específica do formulário de candidatura, devidamente justificada e detalhada no campo descritivo associado e validada na análise.

#### 1. Investimentos “horizontais” às diversas unidades

##### 1.1. Motores eficientes

- Motores de alta eficiência/ Dimensionamento adequado à potência do motor/ Controlo dos motores

##### 1.2. Sistemas de ar comprimido

- Dimensionamento otimizado/ Variadores de velocidade e volumes de armazenamento/ Redução das fugas de ar comprimido/ Alimentação do compressor com ar frio exterior/ Otimização do nível de pressão.

##### 1.3. Variadores de velocidade

##### 1.4. Isolamento

- Tubagens, válvulas

##### 1.5. Aquecimento de água ou ar

- Recuperação de calor em compressores de ar ou economizadores ou condensação



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020

ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

N.º 29 / 2016

GUIA DO BENEFICIÁRIO

Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na  
exploração agrícola

**ASSUNTO: Projetos de investimento**

1.6. Iluminação

- Utilização de lâmpadas LED

1.7. Bateria de condensadores para redução da potência reativa

1.8. Otimização da gestão

- Sistema de qualidade de gestão energética de acordo com as normas EN 16 001/ISO 50 001